



RELATÓRIO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2017



Cooperfarms
COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA BAHIA

EXPEDIENTE

COOPERFARMS

COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DA
BAHIA

Rua Avenida Luís Eduardo Magalhães, 2391,
Jardim Imperial, CEP 47 850 000, Luís Eduardo
Magalhães-BA
Fone: (77) 3639 3900
www.cooperfarms.com.br

Diretor Presidente

Luiz Antonio Pradella

Diretor Vice-Presidente

Celestino Zanella

Diretor Secretário

Rony Reimann

Diretor 2º Secretário

Kleber Sosnoski

Diretor Tesoureiro

Marcelo Leomar Kappes

Diretor 2º Tesoureiro

Rafael D'Agostini

Conselho Fiscal Efetivos

Camila Fontana Vicenzi Marchezan

Igor Bortolin

Pedro Brugnera

Conselho Fiscal Suplentes

Maurício Martins Westphalen

Alexandre Pedrotti

Claudir Lodi

Jornalista Responsável

Cátia Andreia Dörr

(13.907 DRT/RS)

MISSÃO

Buscar a competitividade e a sustentabilidade dentro do agronegócio, utilizando-se de atos cooperativos e atitudes profissionais.

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência e competência na prestação de serviços aos cooperados e pelo profissionalismo nos relacionamentos comerciais.

PRINCÍPIOS

Nossa Filosofia

O cooperado é razão de ser

Nossa Cultura

Automotivação, entusiasmo, dinamismo, eficácia fomentam a cultura cooperativista. Acreditamos que somente o trabalho em equipe com a administração participativa, ordem, disciplina, ética, transparência, fidelidade, honestidade, lealdade e justiça alcançaremos o sucesso e a sustentabilidade nos negócios.

Nosso Sonho

O crescimento e o desenvolvimento de nossos cooperados sempre serão o bem maior da Cooperfarms. defenderemos esta ideia, constantemente, pois a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente movem nosso negócio.

ÍNDICE

<i>Apresentação.....</i>	<i>05</i>
<i>Carta aos Cooperados.....</i>	<i>06</i>
<i>Conselho Administrativo.....</i>	<i>07</i>
<i>Quadro Social.....</i>	<i>08</i>
<i>Encontros Técnicos.....</i>	<i>10</i>
<i>Encontros Institucionais.....</i>	<i>12</i>
<i>Encontros Regionais e Estaduais</i>	<i>13</i>
<i>Encontros Nacionais</i>	<i>14</i>
<i>Capacitações.....</i>	<i>15</i>
<i>Intercâmbios.....</i>	<i>16</i>
<i>Responsabilidade Social.....</i>	<i>17</i>
<i>Balanco Patrimonial.....</i>	<i>19</i>
<i>Demonstração do Resultado</i>	<i>19</i>
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....</i>	<i>20</i>
<i>Demonstração do Fluxo de Caixa.....</i>	<i>21</i>
<i>Notas Explicativas.....</i>	<i>22</i>
<i>Parecer do Conselho Fiscal.....</i>	<i>44</i>

APRESENTAÇÃO

SENHORES (AS) COOPERADOS (AS),

Cumprindo as determinações legais e estatutárias, o Conselho de Administração da COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, submetem à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração do Exercício de 2017, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Este relatório além das demonstrações contábeis visa analisar o cenário econômico e político que de certa forma interferem nas atividades da cooperativa, os riscos que podem afetar a cooperativa, abordar também a questão climática vivenciada no oeste baiano neste ano além de outros aspectos que não são evidenciados nas demonstrações contábeis porém possuem influência no resultado da cooperativa, bem como os eventos, fóruns, congressos, intercâmbios que a cooperativa participou ou promoveu em 2017.

CARTA AOS COOPERADOS

Finalizamos o ano de 2017 com um resultado positivo, reflexo de um trabalho árduo, onde juntos construímos oportunidades para superar os desafios de um ano, que, sobretudo ainda se considerou difícil por vivermos em um quadro de recessão econômica no país.

A administração da Cooperativa com uma visão estratégica continuou a garantir aos cooperados diversos encontros técnicos que levaram ainda mais qualificação de seus conhecimentos e aperfeiçoamento, fortalecendo seus negócios.

Com condições climáticas favoráveis, aliadas à competência e confiança de nossos cooperados e ao esforço e comprometimento de nossos colaboradores junto com os ideais cooperativistas conseguimos sobreviver a cada tempo e conseguimos obter resultados satisfatórios.

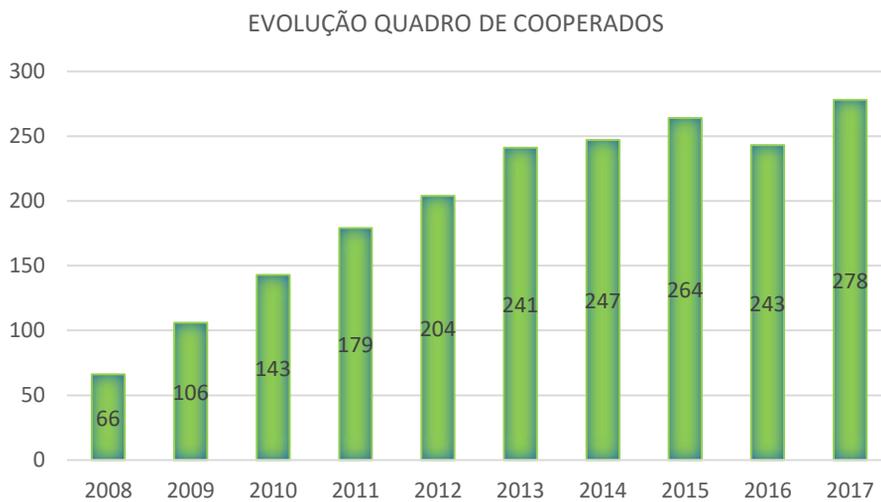
Para 2018, os olhares se voltam para nossa trajetória de sucesso, afinal completamos uma década de trabalho. Nossa história iniciou e se fortaleceu com uma base sólida de cooperados. Sabidos dos nossos ideias começamos em uma estrutura enxuta, e com o passar dos anos consolidamos a marca Cooperfarms na região oeste da Bahia. Neste período, passamos para uma estrutura ampla, onde atualmente contamos com 17 colaboradores, melhoramos nossa comercialização de defensivos, implementamos e viabilizamos uma estrutura de armazenagem de defensivos aos cooperados. Também foi neste período que cooperativa realizou investimentos em outras empresas visando complementar as atividades da cooperativa, uma trajetória de sucesso, construída cotidianamente à luz dos valores humanistas do Cooperativismo.

Uma história da qual você, cooperado, faz parte, contribuindo com sua confiança e participação para que a missão de nossa Cooperativa seja sempre cumprida plenamente. Acreditamos que somente juntos, podemos promover o ideal cooperativista, traçar metas e estratégias para que possamos alcançar bons resultados e sucesso, pois nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos.

CONSELHO ADMINISTRATIVO

COOPERADOS

A Cooperfarms investe constantemente para melhor atender seus associados e oferecer novas oportunidades no campo, através de um suporte técnico na propriedade e no acesso às tecnologias para melhorar o desempenho econômico da atividade agrícola.



COLABORADORES

A Cooperfarms investe nas pessoas por acreditar que este é o diferencial para alcançar o sucesso em um mercado cada vez mais competitivo.



QUADRO SOCIAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MANDATO 2016/2017

Diretor Presidente

Luiz Antonio Pradella

Diretor Vice-Presidente

Celestino Zanella

Diretor Secretário

Rony Reimann

Diretor 2º Secretário

Kleber Sosnoski

Diretor Tesoureiro

Marcelo Leomar Kappes

Diretor 2º Tesoureiro

Rafael D'Agostini

CONSELHO FISCAL MANDATO 2017

EFETIVO

Camila F. V. Marchezan

Pedro Brugnera

Igor Bortolin

SUPLENTE

Maurício Martins Westphalen

Claudir Lodi

Alexandre Pedrotti

CORPO EXECUTIVO

Diretor Executivo

Carlos Roberto Meurer

Diretor Técnico

Celito Eduardo Breda

Diretor Comercial

Odair José de Aguiar

CORPO ADMINISTRATIVO E FUNCIONAL

Gerência Administrativa

André de Oliveira

Pedidos Defensivos e Logística

Daiane Souza Matias

Assistente Comercial

Letícia Cátia Santos Barbosa

Financeiro e Faturamento

Graziela Cibele B. Kowalski

Analista Contábil

Franciele Paula Magni

Atendimento

Jociene Silva Sousa

Serviços Gerais

Rosinete Dias de Alcântara

Encarregado Armazém

Jonatas Jeovan Miotti

Auxiliar Adm. Armazém

Natiele Eliria Arndt Willms

Auxiliar Adm. Armazém

Katia Silva Almeida Santos

Auxiliar de Estoque

Valter L. V. da Silva

Operador de Empilhadeira

Rubem Marques da Silva

Assistente Técnico

José Carlos Raimundo Junior

Assistente Técnico

Fernando Pianezzola Fumagalli

Assistente Técnico

Felipe Almeida Herber

Assistente Técnico

Clair Kassio Lamberty Cruvinel

CORPO FUNCIONAL TERCEIRIZADO

Corretor de Commodities

Hilton Lino da Silva

Assessoria de Imprensa

Cátia Andreia Dörr

Financeiro Negócios Agrícolas

Maira Cristina Basso

ENCONTROS TÉCNICOS



ENCONTRO TÉCNICO DO MILHO

Data: 10.01.2017

Local: Fazenda São Miguel

Parceria: Cooperfarms Syngenta

RODADA TÉCNICA LEM

Data: 25.01.2017

Local: Fazenda Nossa Srª Aparecida

Parceria: Cooperfarms Syngenta



RODADA TÉCNICA LEM

Data: 26.01.2017

Local: Fazenda São Sebastião

Parceria: Cooperfarms Syngenta

RODADA TÉCNICA LEM

Data: 26.01.2017

Local: Coaceral

Parceria: Cooperfarms Syngenta





RODADA TÉCNICA LEM

Data: 01.02.2017

Local: Cooperfarms

Parceria: Cooperfarms Syngenta

RALLY UPL MAIS TERRA

Data: 10.03.2017

Local: Cooperfarms

Parceria: Cooperfarms UPL



ESTAÇÃO CONHECIMENTO

Data: 20.03.2017

Local: Campo Exp. Círculo Verde

Parceria: Cooperfarms Syngenta

BATE PAPO AGRÍCOLA

Data: 26.04.2017

Local: Sindicato Rural

Parceria: Cooperfarms CCAB





PALESTRA FERRUGEM

Data: 08.06.2017

Local: Fundação BA

Parceria: Cooperfarms, Aiba, Agrolem, AEAB, Fundação BA e Consórcio Antiferrugem

LANÇAMENTO YHARA

Data: 08.06.2017

Local: Cooperfarms

Parceria: Cooperfarms YHARA



ENCONTROS INSTITUCIONAIS



ENCONTRO DE MULHERES

Data: 15.03.2017

Local: Hotel Saint Louis

Patrocínio: Syngenta

DIA DO AGRICULTOR

Data: 19.08.2017

Local: Sindicato Rural

Apoio: SESCOOP/BA, Prado & Suzuki



ENCONTROS REGIONAIS E ESTADUAIS



DIRECOOP - REGIONAL

Data: 14.07.2017

Local: Luís Eduardo Magalhães

Promoção: Sistema OCEB

FÓRUM BA DAS COOP. DO AGRO

Data: 11 e 12.05.2017

Local: Vitória da Conquista

Promoção: Sistema OCEB



ENCONTRO DE CONTADORES

Data: 18 e 19. 09.2017

Local: Salvador

Promoção: Sistema OCEB

ENCONTRO DE DIREITO COOP.

Data: 24.11.2017

Local: Salvador

Promoção: Sistema OCEB





ENCONTRO DE ALINHAMENTO

Data: 30.11 a 01.12.2017

Local: Salvador

Promoção: Sistema OCEB

ENCONTROS NACIONAIS

10 ANOS CCAB

Data: 04.07.2017

Local: Brasília/DF

Promoção: CCAB



CONGRESSO BRA DO ALGODÃO

Data: 29.08 a 01.09.2017

Local: Maceió/AL

Promoção: Abrapa

CONGRESSO MULHERES DO AGRO

Data: 17 a 18.10.2017

Local: São Paulo/SP

Promoção: Expoamerica Center



CAPACITAÇÕES



WORKSHOP ASSEMBLEIA

Data: 16.01.2017

Local: Luís Eduardo Magalhães

Promoção: Sistema OCEB

WORKSHOP PGDC

Data: 06.04.2017

Local: Luís Eduardo Magalhães

Promoção: Sistema OCEB



ICC

Data: 05 a 07. 05.2017

Local: Brasília/DF

Promoção: CCAB

WORKSHOP PGDC

Data: 23.05.2017

Local: Salvador

Promoção: Sistema OCEB





CURSO CONSELHO FISCAL

Data: 22.07.2017

Local: Luís Eduardo Magalhães

Promoção: Sistema OCEB

CURSO CONSELHO ADM

Data: 18.08.2017

Local: Luís Eduardo Magalhães

Promoção: Sistema OCEB



FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS

Data: 27.10.2017

Local: Cooperfarms

Promoção: Cooperfarms

INTERCÂMBIOS

MISSÃO FRANÇA

Data: 25.02 a 05.03.2017

Local: Paris/FRA

Promoção: Sistema OCEB





SANTA CATARINA

Data: 26 a 28.08.2017

Local: Chapecó/SC

Promoção: Sistema OCEB

MISSÃO MONDRAGÓN

Data: 11 a 15.12.2017

Local: França e Alemanha

Promoção: Sistema OCEB



RESPONSABILIDADE SOCIAL



DIA C

Data: 11.05.2017

Local: FAAHF

Promoção: Cooperfarms, Cooproeste, Unibahia e Sicredi

DNCL

Data: 18.08.2017

Local: CCL Barreiras

Promoção: Aciagri e inpEV





DIA C

Data: 29.08 a 01.09.2017

Local: Luís Eduardo Magalhães

Promoção: Cooperfarms, Cooproeste,
Unibahia, Coopernordeste e Sicredi

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL - EM REAIS							
ATIVO				PASSIVO			
		2017	2016		2017	2016	
CIRCULANTE	NOTA	2.830.349,57	1.712.163,28	PASSIVO CIRCULANTE	NOTA	1.899.900,50	699.393,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	485.976,91	754.941,87	Fornecedores	11	623.293,96	215.468,48
Contas a Receber	5	1.037.278,06	430.241,41	Obrigações com Cooperados	12	93.976,78	88.963,62
Estoques	6	7.382,04	8.315,74	Obrigações Sociais e Trabalhistas		99.340,57	40.950,84
Impostos e Contribuições a Recuperar	7	257.771,21	411.878,06	Impostos e Contribuições a Recolher		23.282,08	92.740,47
Despesas Antecipadas		-	84.044,16	Provisão de Férias e Encargos Sociais		135.263,10	144.768,91
Adiantamentos	8	1.041.941,35	22.742,04	Adiantamento de Clientes		920.574,06	237,79
				Outras Obrigações		134.169,95	116.263,56
NÃO CIRCULANTE		1.043.289,34	1.093.903,34	NÃO CIRCULANTE		-	263.875,21
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Provisão para Contingências	14	-	263.875,21
Adiantamentos	8	75.397,76	75.397,76	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	1.973.738,41	1.842.797,74
Investimentos	9	629.463,84	624.079,50	CAPITAL SOCIAL		635.107,00	648.607,00
Imobilizado	10	328.871,14	382.989,44	RESERVAS		1.055.030,59	1.005.123,55
				Reserva Legal		1.035.803,30	960.939,27
Intangível		9.556,60	11.436,64	RATES		19.227,29	44.184,28
TOTAL DO ATIVO		3.873.638,91	2.806.066,62	SALDO LÍQUIDO A DISP. DA AGO		283.600,82	189.067,19
				TOTAL DO PASSIVO		3.873.638,91	2.806.066,62

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS/PERDAS - EM REAIS					
		2017			2016
	NOTA	ATO COOPERADO	NÃO COOPERADO	TOTAL	TOTAL
Ingresso Operacional Líquido	18	31.356.794,21	7.525.959,69	38.882.753,90	25.005.538,46
Dispêndios com produtos e mercadorias vendidos e serviços prestados		(29.209.708,68)	(5.986.285,55)	(35.195.994,23)	(21.720.632,97)
SOBRA BRUTA		2.147.085,53	1.539.674,14	3.686.759,67	3.284.905,49
DISPÊNDIOS E INGRESSOS OPERACIONAIS		(1.867.883,63)	(1.720.193,48)	(3.588.077,11)	(3.251.701,15)
Pessoal		(576.016,51)	(1.176.140,20)	(1.752.156,71)	(1.578.716,21)
Dispêndios Gerais e Administrativos		(1.294.601,47)	(539.373,97)	(1.833.975,44)	(1.676.221,45)
Outros Ingressos Operacionais		2.734,34	(4.679,30)	(1.944,96)	3.236,51
Dispêndios com Provisões				-	
SOBRA ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		279.201,90	(180.519,34)	98.682,56	33.204,34
RESULTADO FINANCEIRO		19.818,13	37.577,98	45.758,11	43.231,32
Ingressos Financeiros		29.022,00	48.329,45	77.351,45	82.593,24
Dispêndios Financeiros		(20.841,87)	(10.751,47)	(31.593,34)	(39.361,92)
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO		287.382,03	(142.941,36)	144.440,67	76.435,66
Imposto de Renda		-	-	-	-
Contribuição Social		-	-	-	-
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		287.382,03	(142.941,36)	144.440,67	76.435,66
CONSTITUIÇÃO DAS RESERVAS LEGAIS E ESTATUTÁRIAS:					
Reserva Legal - 10%		(28.738,20)	-	(28.738,20)	(21.430,14)
RATES - 5%		(14.369,10)	-	(14.369,10)	(10.715,07)
Reversão RATES		39.326,09	-	39.326,09	6.911,00
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO		283.600,82	(142.941,36)	140.659,46	51.201,45

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$					
HISTÓRICO SALDO	CAPITAL SOCIAL	FUNDO DE RESERVA	FATES	SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 01/01/2017	648.607,00	960.939,27	44.184,28	189.067,19	1.842.797,74
Destinações da Assembleia Geral		189.067,19		(189.067,19)	-
Capitalizações	33.000,00				33.000,00
Baixa de Cotas Cooperados	(46.500,00)				(46.500,00)
Utilização RATES			(39.326,09)	39.326,09	-
Resultado de Atos Cooperados	-			287.382,03	287.382,03
Resultado de Não Cooperados				(142.941,36)	(142.941,36)
Constituição de Reserva Legal	-	28.738,20		(28.738,20)	-
Constituição da RATES			14.369,10	(14.369,10)	-
Compensação dos Prejuízos com Terceiros com Reserva Le		(142.941,36)		142.941,36	-
SALDO EM 31/12/2017	635.107,00	1.035.803,30	19.227,29	283.600,82	1.973.738,41
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	(13.500,00)	74.864,03	(24.956,99)	283.600,82	130.940,67

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
HISTÓRICO	2017	2016
Atividades Operacionais		
Sobra líquida do exercício	-	-
Ajustes por:	144.440,67	76.435,66
Depreciações e amortizações	87.735,44	76.062,68
Valor residual das baixas do imobilizado	-	-
Redução ou Aumento nos Ativos	-	-
Contas a receber	(607.036,65)	361.768,74
Estoques	933,70	68.850,92
Impostos e contribuições a recuperar	154.106,85	(99.707,41)
Despesas antecipadas	84.044,16	(2.928,62)
Outros créditos	(1.019.199,31)	11.203,72
Aumento ou Redução nos Passivos	-	-
Fornecedores	407.825,48	46.375,09
Obrigações com cooperados	5.013,16	(16.234,31)
Obrigações sociais e trabalhistas	58.389,73	4.236,98
Impostos e contribuições a recolher	(69.458,39)	12.424,48
Provisão para férias e encargos	(9.505,81)	30.965,12
Outros passivos circulantes e não circulantes	544.367,45	(454.763,68)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(218.343,52)	114.689,37
Fluxo de Caixa nas Atividades de Investimento	-	-
Aumento dos investimentos	(5.384,34)	(3.436,51)
Aquisições do imobilizado e do intangível	(31.737,11)	(93.403,21)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(37.121,45)	(96.839,72)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-
Integralização de capital	33.000,00	33.000,00
Baixas de capital por saída de cooperados	(46.500,00)	(61.500,00)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(13.500,00)	(28.500,00)
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalente de Caixa	(268.964,97)	(10.650,35)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Ano	754.941,87	765.592,22
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Ano	485.976,91	754.941,87
Variação das Contas Caixa/Bancos/Equivalentes	(268.964,96)	(10.650,35)

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em reais

1. Contexto operacional

A Cooperfarms - Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, fundada em 18 de Agosto de 2008, situada a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Jardim das Acácias 3ª Etapa, na cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA, que contava com 278 e 246 cooperados no fim de 2017 e de 2016, nasceu num processo natural, a partir da decisão de um grupo de vinte e dois produtores rurais de se unir para fortalecer o poder de compra coletivo agregando valor a sua produção, desenvolvendo os negócios dos cooperados com base em ações originais, criativas, éticas e justas, focadas em resultados sustentados e duradouros, que se traduzam em produtos e serviços de alta qualidade e com preços competitivos.

A Cooperativa é regida por seu Estatuto Social, no qual é determinado seu objetivo social predominante, qual seja: Congregar os produtores rurais legalmente habilitados para, com base na colaboração recíproca a que esses se obrigam como cooperados, sem finalidade de lucro, promover a mais ampla defesa de seus interesses econômicos. Para tanto, a Cooperativa opera, basicamente, na venda em comum de produtos agrícolas que lhes são entregues e prestação de serviços na intermediação das aquisições de produtos gêneros e artigos para o abastecimento de seus cooperados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas CPC PME (R1), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971 e NBCT 10.8 – IT – 01 – Entidades Cooperativas.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 23 de fevereiro de 2018.

b) Mensuração de valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em respectiva nota explicativa.

c) Moeda de apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC PME (R1) exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que

possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a.1) Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao valor justo através de lucros e perdas, mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. As aquisições ou alienações de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data da renegociação. A Cooperativa somente possui ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

a.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem o caixa e equivalentes de caixa e as

contas a receber. A Cooperativa baixa um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo vencem ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e retornos sobre a propriedade do ativo para outra entidade.

a.3) Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Cooperativa tem como passivos financeiros os empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

c) Contas a receber

As contas a receber, tanto de terceiros como de cooperados, correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) e ajuste a valor presente, quando aplicável. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment* e ajuste a valor presente, se necessário.

d) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

e) Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição e ajustados ao valor justo, que corresponde a efetiva participação da Cooperativa no capital social das investidas.

f) Imobilizado

f.1) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustado por reavaliação de ativos para os bens das contas de terrenos, edificações e veículos, com base em

laudo de peritos independentes, e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas (despesas) no resultado.

f.2) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f.3) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Intangível

Ativos intangíveis consistem em marcas e patentes e softwares adquiridos separadamente, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

h) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudança nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

i) Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e aos cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e quando o valor possa ser estimado com segurança.

k) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico

seja requerido para liquidá-lo.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário.

l) Reconhecimento de ingressos ou receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

m) Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

n) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

p) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas, quando aplicadas, são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r) Capital social

As cotas do capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os cooperados tem seu capital social devolvido conforme o Estatuto Social e a legislação cooperativista.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4. Caixa e equivalentes de caixa

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos conta movimento	232.977,05	314.822,08
Aplicações financeiras (i)	<u>252.999,86</u>	<u>440.119,79</u>
	<u>485.976,91</u>	<u>754.941,87</u>

(i) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. Em “Aplicações financeiras” estão registrados os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação. As aplicações financeiras são realizadas em instituições financeiras de primeira linha no intuito de manter o poder aquisitivo da moeda corrente e gerar rendimentos seguros para a manutenção das operações da Cooperativa, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

5) Contas a receber

a) Composição do saldo

<u>Modalidades</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cooperados	376.858,22	991.163,84
Clientes	<u>676.033,04</u>	<u>228.124,79</u>
	<u>1.052.891,26</u>	<u>1.219.288,63</u>
(-) Receitas a apropriar (i)	<u>-</u>	<u>(773.282,68)</u>
	<u>1.052.891,26</u>	<u>446.006,85</u>

(i) Referem-se a receitas de taxa de armazenagem e taxa de administração sobre a comercialização de pacotes de produtos químicos da safra 2016/2017, cujas condições das negociações encontram-se firmadas através de contrato.

O reconhecimento da referida receita ocorre no mês da prestação dos serviços. Em 2017 a administração da cooperativa ajustou os contratos de armazenagem para que eles fiquem dentro do ano de competência, sendo assim não há mais receitas de outros exercícios a serem apropriadas pois os contratos possuem a mesma competência do exercício social.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados e clientes, verificadas as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação do comitê de crédito da Cooperativa e dos consultores jurídicos. A Administração da Cooperativa considerou que não houve necessidade de constituir perda para eventuais inadimplências de contas a receber em 31 de dezembro de 2017.

A Administração da Cooperativa considerou o cálculo do ajuste a valor presente para os títulos a vencer classificados no não circulante e do circulante, quando relevante. Sendo assim os valores estão apresentados líquidos do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2017.

b) Contas a receber por prazos de vencimento

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer		
Até 30 dias	6.000,00	84.248
De 31 até 60 dias	-	89.766
De 61 até 90 dias	-	65.070
De 91 até 120 dias	-	65.070
De 121 até 150 dias	-	81.860
De 151 até 180 dias	-	65.070
Acima de 181 dias	-	194.024
	<u>6.000,00</u>	<u>645.108</u>
Vencidos		
Até 30 dias	497.848,19	38.392
De 31 até 60 dias	15.390,00	7.290
De 61 até 90 dias	9.454,73	50.745
De 91 até 120 dias	67.438,88	35.747
De 121 até 150 dias	8.911,27	12.340
De 151 até 180 dias	30.674,62	36.592
De 181 até 360 dias	153.940,98	53.141
Acima de 361 dias	263.232,59	324.168
	<u>1.046.891,26</u>	<u>558.415</u>
	<u><u>1.052.891,26</u></u>	<u><u>1.203.523</u></u>

6. Estoques

Descrição	2017	2016
Mercadorias para revenda	7.382,04	8.315,74
Material de terceiros (i)	51.099.403,02	54.812.926,38
(-) Estoque de terceiros (i)	(51.099.403,02)	(54.812.926,38)
	7.382,04	8.315,74

(i) Referem-se a produtos (insumos agrícolas) adquiridos pelos cooperados diretamente dos fornecedores e remetidos à Cooperativa somente para armazenagem. A retirada desse estoque ocorre em conformidade com a necessidade de utilização dos cooperados em suas propriedades.

A Administração da Cooperativa avaliou e criticou seus estoques concluindo que não há necessidade de constituir perdas estimadas para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta nos exercícios de 2017 e 2016.

7) Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2017	2016
ICMS a recuperar	114.061,61	93.664,05
IRRF a recuperar	344.480,02	267.776,68
IRPJ a compensar	17.906,09	17.906,09
CSL/PIS/COFINS retidos a compensar	44.829,90	30.797,88
PIS a recuperar	-	243,41
COFINS a recuperar	-	1.121,15
ISSQN a recuperar	368,80	368,80
(-) Perdas estimadas para crédito de difícil realização	(263.875,21)	-
	257.771,21	411.878,06

A administração da Cooperativa avaliou os créditos tributários e decidiu constituir perdas estimadas para crédito de difícil realização para a parte do saldo.

8) Adiantamentos

Descrição	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecedores	1.034.055,32	75.397,76	1.109.453,08	22.742,04	75.397,76	98.139,80
Empregados	7.886,03	-	7.886,03	-	-	-
	1.041.941,35	75.397,76	1.117.339,11	22.742,04	75.397,76	98.139,80

9. Investimentos

a) Composição do saldo

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imbuia Agropecuária Ltda. (i)	352.000,00	352.000,00
CCAB Participações S/A. (ii)	267.245,00	267.245,00
Sicredi	10.218,84	4.834,50
	<u>629.463,84</u>	<u>624.079,50</u>

(i) A participação da Cooperativa no capital social da investida, Imbuia Agropecuária Ltda., em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é de 16%, esta investida encontra sem movimentação no exercício.

(ii) A participação da Cooperativa no capital social da investida CCAB Participações é de 1%. A CCAB S/A é investidora na CCAB Agro Ltda., que é a empresa que comercializa determinados insumos agrícolas aos cooperados da Cooperativa. Conforme acordo de cotistas a Cooperativa é responsável até o limite do investimento na CCAB Participações S/A pela possível inadimplência de seus cooperados. Como forma de segurança e acompanhamento, periodicamente a CCAB Agro Ltda. informa a posição financeira dos cooperados e com base avaliação dessas informações em 31 de dezembro de 2017 a Administração da Cooperativa entende que não há valores a serem registrados como perda.

A CCAB S/A emite os demonstrativos de acordo com o ano safra. Foi auditada por outros auditores e teve relatório emitido em 19 de dezembro de 2017, sem modificações.

A Imbuia Agropecuária não teve demonstrações auditadas por auditores independentes.

b) Movimentação dos investimentos

	<u>Imbuia</u>	<u>CCAB</u>	<u>Sicredi</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	<u>352.000,00</u>	<u>267.245,00</u>	<u>1.397,99</u>	<u>620.642,99</u>
Adições	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.436,51</u>	<u>3.436,51</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>352.000,00</u>	<u>267.245,00</u>	<u>4.834,50</u>	<u>624.079,50</u>
Adições	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.384,34</u>	<u>5.384,34</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>352.000,00</u>	<u>267.245,00</u>	<u>10.218,84</u>	<u>629.463,84</u>

10. Imobilizado

a) Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1,67 a 5%	349.870,95	(116.054,25)	233.816,70	294.201,54
Máquinas e equipamentos	10%	126.303,81	(64.159,51)	62.144,30	64.530,34
Móveis e utensílios	10%	62.428,99	(40.882,18)	21.546,81	24.257,56
Veículos	3,71 a 50%	43.000,00	(31.636,67)	11.363,33	-
		581.603,75	(252.732,61)	328.871,14	382.989,44

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (impairment).

b) Movimentação do custo de aquisição

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	280.248,11	86.066,32	59.149,00	31.000,00	456.463,43
Aquisições	69.622,84	23.780,37	-	-	93.403,21
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	349.870,95	109.846,69	59.149,00	31.000,00	549.866,64
Aquisições	-	28.457,12	3.279,99	-	31.737,11
Saldos em 31 de dezembro de 2017	349.870,95	138.303,81	62.428,99	31.000,00	581.603,75

c) Movimentação da depreciação acumulada

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	(3.853,41)	(29.411,56)	(28.976,29)	(30.483,52)	(92.724,78)
Adições	(51.816,00)	(15.904,79)	(5.915,15)	(516,48)	(74.152,42)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(55.669,41)	(45.316,35)	(34.891,44)	(31.000,00)	(166.877,20)
Adições	(60.384,84)	(19.479,83)	(5.990,74)	-	(85.855,41)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(116.054,25)	(64.796,18)	(40.882,18)	(31.000,00)	(252.732,61)

11) Fornecedores

Descrição	2017	2016
Fornecedores de mercadorias e serviços (i)	623.293,96	215.468,48

(i) O saldo é composto substancialmente por valores de compras de produtos e ou serviços utilizados na manutenção da operação da cooperativa.

12. Obrigações com cooperados

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações com cooperados	<u>93.976,78</u>	<u>88.963,62</u>

Representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção agrícola à Cooperativa.

13. Outras obrigações

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Provisão de comissões a repassar	<u>4.169,95</u>	<u>116.263,56</u>

Refere-se a provisão relativa às comissões a repassar com base nas negociações de produtos químicos e defensivos aos cooperados, que são devidos a empresa Negócios Agrícolas S/A, conforme contrato formalizado entre as partes.

14. Provisão para contingências

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face à eventuais perdas que possam advir no futuro.

O saldo da provisão para contingências está composto da seguinte forma:

<u>Descrição</u>	<u>Provisão para contingências</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contingências tributárias	<u>-</u>	<u>263.875,21</u>

A Administração da Cooperativa, apesar de entender que determinados créditos de ICMS que foram tomados na operação de compra de algodão, são legítimos, elaborou consulta ao fisco estadual de Tocantins para confirmação de

sua legitimidade porém não houve posicionamento formal sobre o assunto. Desta forma, conservadoramente foi constituída uma provisão para fazer face às perdas que possam advir caso haja entendimento contrário durante o período prescricional. Em 2017, com o fim do período prescricional com a suposta ação relacionada ao ICMS, a administração decidiu reverter a provisão para a contingências tributárias.

15. Passivos contingentes

Quanto a questões tributárias, de acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2017, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b) Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados para

para fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

c) Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO), para deliberação quanto a sua destinação e são assim demonstradas:

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sobra (perda) líquida do exercício	144.440,68	76.435,66
Compensação do prejuízo com terceiros com reserva legal	142.941,36	137.865,74
Constituição de reservas legais e estatutárias:		
Reserva legal – 10%	(28.738,20)	(21.430,14)
RATES – 5%	(14.369,10)	(10.715,07)
Utilização da RATES	39.326,09	6.911,00
Sobras à disposição da AGO	<u>283.600,83</u>	<u>189.067,19</u>

As reservas estatutárias foram constituídas sobre a sobra líquida do exercício apurada entre o ato cooperado e não cooperado.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971 e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas, conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

17. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

a) Transações comerciais

As transações comerciais com essas pessoas são realizadas em condições normais, portanto, nas mesmas condições dos demais cooperados em transações idênticas. Os saldos das partes relacionadas com a Cooperativa são os

seguintes em 31 de dezembro de 2017:

<u>Natureza da operação</u>	Membros da Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal
Contas a receber – R\$	32.194,71
Produtos armazenados - R\$	1.747.527,07

b) Remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal

Os membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Fiscal não recebem nenhum tipo de remuneração pelas atividades desprendidas na Cooperativa.

18. Ingresso operacional líquido

<u>Descrição</u>	2017			2016		
	<u>Ato cooperado</u>	<u>Não cooperado</u>	<u>Total</u>	<u>Ato cooperado</u>	<u>Não cooperado</u>	<u>Total</u>
Ingresso operacional bruto						
Vendas de produtos e mercadorias	32.100.134,94	3.492.474,42	35.592.609,36	20.139.292,82	-	20.139.292,82
Prestação de serviços	2.211.231,63	4.630.408,54	6.841.640,17	1.773.585,04	5.343.438,79	7.117.023,83
	<u>34.311.366,57</u>	<u>8.122.882,96</u>	<u>42.434.249,53</u>	<u>21.912.877,86</u>	<u>5.343.438,79</u>	<u>27.256.316,65</u>
Deduções do ingresso bruto						
Impostos incidentes sobre vendas	(2.270.240,83)	(542.809,36)	(2.813.050,19)	(1.407.753,93)	(628.348,19)	(2.036.102,12)
Deduções e abatimentos	(684.331,53)	(54.113,91)	(738.445,44)	(214.676,07)	-	(214.676,07)
	<u>(2.954.572,36)</u>	<u>(596.923,27)</u>	<u>(3.551.495,63)</u>	<u>(1.622.430,00)</u>	<u>(628.348,19)</u>	<u>(2.250.778,19)</u>
	<u>31.356.794,21</u>	<u>7.525.959,69</u>	<u>38.882.753,90</u>	<u>20.290.447,86</u>	<u>4.715.090,60</u>	<u>25.005.538,46</u>

19. Resultado Financeiro

<u>Descrição</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	45.556,37	59.974,47
Juros recebidos de terceiros	20.905,40	97,01
Descontos obtidos	10.889,68	22.521,76
	<u>77.351,45</u>	<u>82.593,24</u>
Dispêndios financeiros		
Juros pagos	(13.912,64)	(7.133,55)
Descontos concedidos	(9.296,50)	(27.813,97)
Outros dispêndios financeiros	(8.384,20)	(4.414,40)
	<u>(31.593,34)</u>	<u>(39.361,92)</u>
	<u>45.758,11</u>	<u>43.231,32</u>

20. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam

dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Administração da Cooperativa não realizou nos exercícios de 2017 e 2016, operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

21. Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os riscos de variação de preço, de taxa de juros, de liquidez, de crédito e de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram estimadas as perdas com créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração da Cooperativa, que faz o gerenciamento no sentido de minimizá-los mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos permanentes.

22. Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

PARECER AUDITORIA

MOORE STEPHENS

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

mstp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos Administradores e Cooperados da
Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia – Cooperfarms
Luís Eduardo de Magalhães BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia - Cooperfarms ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia - Cooperfarms em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- **Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.**
- **Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 23 de fevereiro de 2018.

**Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S BA**



**Ricardo Aurélio Rissi
Contador CRC 1SP137183/O-8 S BA**

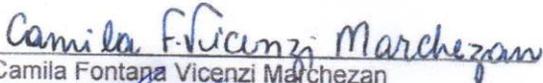
PARECER CONSELHO FISCAL

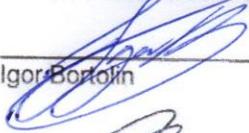
PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL DA COOPERFARMS - COOPERATIVA DOS PRODUTORES RURAIS DA BAHIA CNPJ: 10.333.574/0001-35 NIRE 29400035884, endereço a Av. Luís Eduardo Magalhães, 2391, Bairro Jardim das Acácias 3ª Etapa na cidade de Luís Eduardo Magalhães – BA – 47.850-000.

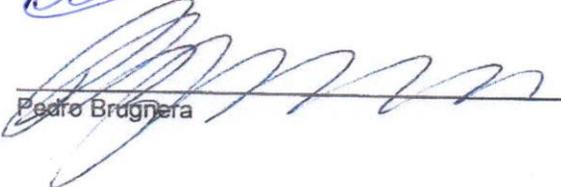
PARECER ANUAL DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da COOPERFARMS – Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, em cumprimento ao que determina o artigo 32 letra "a" do Estatuto Social, examinamos o Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas do Conselho Administrativo, Parecer da Moore Stephens Prisma Auditores Independentes, atos do conselho de administração pertinente ao exercício, bem como os demais movimentos, registros e documentos inerentes as funções do conselho fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo assim somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis representam a posição financeira e patrimonial da Cooperativa em 31 de dezembro de 2017, merecendo assim nossa recomendação favorável à Assembléia Geral para a sua aprovação.

Luis Eduardo Magalhães, 05 de Março de 2018.


Camila Fontana Vicenzi Marchezan


Igor Bortolin


Pedro Brugnera